



**Serviço Público Federal**  
**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo**

**FORMULÁRIO-SÍNTESE DA PROPOSTA - SIGProj**  
**EDITAL Edital 475 - Submissão de cursos de extensão 2017**

Uso exclusivo da Pró-Reitoria (Decanato) de Extensão

**PROCESSO N°:**

**SIGProj N°: 251123.1295.270700.31102016**

**PARTE I - IDENTIFICAÇÃO**

**TÍTULO: Desenvolvimento Rural Sustentável, Gênero e Agroecologia**

**TIPO DA PROPOSTA:**

Curso

**ÁREA TEMÁTICA PRINCIPAL:**

Comunicação       Cultura       Direitos Humanos e Justiça       Educação  
 Meio Ambiente       Saúde       Tecnologia e Produção       Trabalho  
 Desporto

**COORDENADOR: Alexandra Filipak**

**E-MAIL: alefilipak@hotmail.com**

**FONE/CONTATO: 16 32039107 / 16 997462124**



**Serviço Público Federal**  
**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo**

## **FORMULÁRIO DE CADASTRO DE CURSO DE EXTENSÃO**

Uso exclusivo da Pró-Reitoria (Decanato) de Extensão

<b>PROCESSO N°:</b>
<b>SIGProj N°: 251123.1295.270700.31102016</b>

---

### **1. Introdução**

---

#### **1.1 Identificação da Ação**

**Título:** Desenvolvimento Rural Sustentável, Gênero e Agroecologia

**Coordenador:** Alexandra Filipak / Docente

**Tipo da Ação:** Curso

**Edital:** Edital 475 - Submissão de cursos de extensão 2017

**Faixa de Valor:**

**Vinculada à Programa de Extensão?** Não

**Instituição:** IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

**Unidade Geral:** PRX - Pró Reitoria de Extensão

**Unidade de Origem:** MTO - Matão

**Início Previsto:** 31/10/2016

**Término Previsto:** 31/12/2017

**Possui Recurso Financeiro:** Não

#### **1.2 Detalhes da Proposta**

**Carga Horária Total da Ação:** 160 horas

**Justificativa da Carga Horária:** A Carga Horária foi proposta pelo edital NEA/CNPQ, o qual foi aprovado.  
O Curso será realizado em quatro módulos, sendo três Módulos na modalidade Tempo Escola com 32 horas cada e um Módulo na modalidade Tempo Comunidade com 64 horas, perfazendo um total de 160 horas.

**Periodicidade:** Mensal  
**A Ação é Curricular?** Não  
**Abrangência:** Estadual

### 1.2.1 Turmas

#### Turma 1

**Identificação:** Desenvolvimento Rural, Gênero e Agroecologia  
**Data de Início:** 01/06/2017  
**Data de Término:** 31/12/2017  
**Tem Limite de Vagas?** Sim  
**Número de Vagas:** 30  
**Tem Inscrição?** Sim  
**Início das Inscrições:** 01/04/2017  
**Término das Inscrições:** 31/05/2017  
**Contato para Inscrição:** A seleção será realizada via Edital Público. Enviar Ficha de Inscrição para alexandra.filipak@ifsp.edu.br  
**Tem Custo de Insc./Mensalidade?** Não  
**Local de Realização:** Módulo I - IFSP Registro, SP  
Módulo II - IFSP Registro, SP  
Módulo III - IFSP Matão  
Módulo IV - Nas comunidades rurais de origem das mulheres participantes do curso.

### 1.3 Público-Alvo

Serão ofertadas 20 vagas para agricultoras de grupos produtivos agroecológicos ou com abertura para a transição agroecológica e 10 vagas para técnicos e técnicas de ATER que desenvolvem trabalhos junto aos grupos produtivos, totalizando 30 participantes no Curso.

**Nº Estimado de Público:** 30

#### Discriminar Público-Alvo:

	A	B	C	D	E	Total
Público Interno da Universidade/Instituto	0	0	0	0	0	0
Instituições Governamentais Federais	0	0	0	0	0	0
Instituições Governamentais Estaduais	0	0	0	0	0	0
Instituições Governamentais Municipais	0	0	0	0	0	0
Organizações de Iniciativa Privada	0	0	0	0	0	0
Movimentos Sociais	0	0	0	0	0	0
Organizações Não-Governamentais (ONGs/OSCIPs)	0	0	0	0	10	10
Organizações Sindicais	0	0	0	0	0	0

Grupos Comunitários	0	0	0	0	20	20
Outros	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>30</b>

Legenda:

- (A) Docente
- (B) Discentes de Graduação
- (C) Discentes de Pós-Graduação
- (D) Técnico Administrativo
- (E) Outro

#### 1.4 Caracterização da Ação

**Área de Conhecimento:** Ciências Humanas » Sociologia » Sociologia Rural

**Área Temática Principal:** Tecnologia e Produção

**Área Temática Secundária:** Meio ambiente

**Linha de Extensão:** Desenvolvimento rural e questão agrária

**Caracterização:** Presencial

**Subcaracterização 1:**

#### 1.5 Descrição da Ação

##### Resumo da Proposta:

O Curso realização de um Curso FIC com carga horária de 160 horas, nos temas "Desenvolvimento Rural Sustentável, Gênero e Agroecologia' faz parte de um Projeto financiado pelo CNPQ que se intitula NEA - Núcleo de Estudos em Agroecologia. Pretende-se trabalhar nesse curso os temas relacionados à participação da mulher no desenvolvimento rural, também relativos à produção agroecológica e gestão dessa produção. O curso dialoga com os já identificados desafios para grupos de mulheres trabalhadoras rurais na geração de renda, segurança alimentar, conservação da biodiversidade e autonomia econômica. Pretende-se abranger 20 mulheres trabalhadoras rurais de comunidades de assentamentos rurais, agricultura familiar ou quilombola, assim como 10 agentes de assistência técnica e extensão rural que desenvolvem trabalhos junto à essas comunidades. O Curso será desenvolvido em 4 Módulos, alternando Tempo Escola e Tempo Comunidade. Espera-se, ao final do Curso, que o grupo possa ter, a partir de suas realidades, construídos conhecimentos que as capacitem para o trabalho com a agroecologia nas comunidades que fazem parte.

##### Palavras-Chave:

Agroecologia, Gênero, Mulheres Rurais, Autonomia Econômica, Agricultura Familiar

##### Informações Relevantes para Avaliação da Proposta:

Esse curso fará parte da atuação do Núcleo de Estudos em Agroecologia - NEA Campus Matão, aprovado através da chamada pública do CNPQ MCTI/MAPA/CNPq Nº 02/2016, para financiamento de ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar através da Rede Federal de Educação Tecnológica no Brasil. O Curso FIC proposto é uma das metas do NEA, exigência do referido edital.

##### 1.5.1 Justificativa

O atual contexto das ações públicas, sociais, políticas e econômicas em torno do rural no Brasil apontam para a necessidade de ampliação e de efetivação de ações que orientem um desenvolvimento rural sustentável. Essa necessidade foi impulsionada pelas crescentes preocupações das organizações sociais

do campo, da floresta e das águas, da sociedade em geral, a respeito da necessidade da produção de alimentos saudáveis combinada com a conservação de recursos naturais e a inclusão de povos e comunidades em uma condição de vida onde se afirme sua cultura, identidade e se garanta trabalho, renda e organização social com preservação ambiental.

Trata-se, portanto, de uma necessidade que vem se desenhando de forma crescente no Brasil a partir da crítica ao modelo de desenvolvimento rural que gera as desigualdades mais severas no campo brasileiro.

Essas desigualdades perpassam desde as condições econômicas dos povos e populações do campo, onde a pobreza ainda persiste em grandes partes das regiões do país, até as negações de direitos sociais, civis, culturais, ambientais. Direitos como por exemplo, o direito ao trabalho, à terra, à afirmação de identidades e etnias. Aqui o recorte de gênero se faz presente uma vez que essas desigualdades se agravam em se pensando nas mulheres rurais.

A construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, portanto, passa pela necessidade de se olhar essas diferentes dimensões que caracterizam o modo de vida, o trabalho, as relações sociais, políticas e culturais dos povos e populações do campo. Nessas relações e nessa construção o ecossistema, a biodiversidade, o meio-ambiente e a natureza, enfim, são aspectos estruturais que precisam ser observados quando se fala em desenvolvimento rural.

No Brasil, um conjunto de políticas públicas foram dialogando com a possibilidade de construção de um rural onde agregue essas perspectivas, dentro da chamada Agricultura Familiar, a partir dos anos 2000.

Desta forma, o Curso 'Desenvolvimento Rural, Gênero e Agroecologia' proposto tem como meta integrar a realidade de produção agroecológica e comercialização das mulheres rurais com os conhecimentos gerados nessas temáticas, entendendo que as diferentes alternativas e adaptações de soluções aos problemas enfrentados, são na verdade experiências adquiridas diante a realidade vivenciada.

Em diálogo com esses pressupostos apresentados o, justifica-se essa proposta curso FIC de 160 horas para Qualificação Profissional de Mulheres Rurais e Agentes de ATER, pois considera como objetivo de atuação dos Institutos Federais um ensino comprometido com a democratização do acesso ao conhecimento, à tecnologia e à inovação no mundo do trabalho e com as transformações sociais.

Assim, essa proposta de curso pretende dialogar com a realidade das mulheres rurais de São Paulo Região desenvolvendo ações voltadas para o incentivo à qualificação e da produção e transição agroecológicas em grupos de mulheres rurais, promovendo tanto o acesso às tecnologias que permitam esse processo de transição e sua viabilidade econômica quando se trata de produção de alimentos agroecológicos, quanto a educação profissional necessária para esse objetivo.

Relação da proposta com a realidade das mulheres e suas organizações produtivas nas localidades onde as atividades serão desenvolvidas:

No meio rural a realização de trabalho produtivo na agricultura de base familiar pelas mulheres ainda é pouco visível e pouco valorizado. Isso se deve, sobretudo, a concepção de que as atividades por elas desempenhadas são extensão do doméstico, restringindo-se às tarefas historicamente entendidas como papel feminino. Entretanto, a produção familiar é protagonizada pelas mulheres, na medida em que realizam tanto as tarefas agrícolas quanto as domésticas. A atuação das mulheres nas áreas de criações de animais de pequeno porte, plantações de hortaliças, produção e beneficiamento de frutas, leite, pescado e artesanato, etc., geram renda e auto-sustentação das famílias. A área de conhecimento Economia Feminista auxilia como instrumento teórico para essa compreensão.

Na implantação e manejo de quintais produtivos a participação da mulher é mais significativa, quando comparado a dos demais membros da família (Rosa et al., 2007). Nesses quintais, o trabalho feminino se evidencia, geralmente, devido à proximidade com a casa e o fato dos produtos originados ali influenciarem, diretamente, na dieta alimentar da família, composta por frutas, hortaliças, condimentos, plantas medicinais, além de pequenos animais. Neste sentido a pesquisa de Emma Siliprandi (2009) mostra como as mulheres estão mais sensibilizadas à transição agroecológica e à produção orgânica.

As mulheres se reúnem para realizar atividades aprendidas na socialização de gênero feminina como beneficiamento de alimentos (pães, geleias, conservas), costura e artesanato, e muitas vezes, estas são as únicas atividades em capacitação disponíveis para elas. Valorizar as atividades consideradas femininas implica também em reconhecer a qualificação das mulheres, que é naturalizada por ter sido apreendida

em sua socialização de gênero. As mulheres agricultoras são profundas conhecedoras da seleção de sementes, domesticação de espécies, experimentos de combinação entre plantas que asseguram a qualidade da dieta familiar, a estabilidade do ecossistema e a biodiversidade. Elas orientam a produção por critérios próprios como, por exemplo: vaca que produz pouco leite, de modo que não seja necessário ordenhá-la todos os dias, milho que não dá caruncho, feijão que cozinha rápido. Essas práticas são reunidas na agroecologia e a qualificação das mulheres é na verdade um aprimoramento que passa por favorecer o intercâmbio de conhecimentos entre elas.

Muitos grupos produtivos de mulheres que fazem produtos artesanais como doces, geleias, queijos e pães, se iniciam quando umas começam a ensinar às outras. Apenas quando esse conhecimento coletivo chega ao limite é que elas procuram apoio externo. Em geral, relacionado com partes da atividade consideradas masculinas, como a manutenção de máquinas ou a comercialização. A socialização de gênero feminina, reforçada na educação formal, tende a criar um estranhamento das mulheres em relação às tecnologias ou novas formas de produção, diferentes daquelas que estão acostumadas a vivenciar e reproduzir em seus meios. Trocar experiências sobre as exigências de mercado e da produção podem, muitas vezes, parecer mais uma dificuldade do que uma realidade a ser ajustada e entendida de acordo com os diversos níveis de organização destas mulheres.

Na perspectiva da economia feminista as mulheres têm produzido a partir de suas práticas, colocando o cuidado da vida como um objetivo a ser perseguido. Isso significa valorizar o trabalho das mulheres não apenas em termos monetários, mas pelo próprio sentido e contribuição deste para a produção da vida, que envolve a construção de relações, a promoção de saúde e cuidados. Mas, além do reconhecimento, ainda é preciso avançar no sentido da redistribuição desse trabalho, seja no interior das famílias e comunidades, seja na sociedade por meio de políticas públicas do Estado. As políticas de socialização do cuidado de crianças, por exemplo, ainda são muito incipientes no meio rural e demandam uma formulação condizente com a realidade do campo, das águas e da floresta.

A organização das mulheres, suas experiências, práticas e propostas políticas apontam caminhos para mudanças nas bases concretas e nas visões orientadoras do atual modelo de desenvolvimento, que o reduz ao crescimento ilimitado. Esses caminhos construídos pelas mulheres questionam a própria noção de desenvolvimento, afirmando a soberania sobre os territórios, a soberania alimentar e a agroecologia, a redistribuição dos trabalhos domésticos e de cuidados, bem como a redistribuição da riqueza, no sentido da construção de relações baseadas na igualdade, liberdade e autonomia, assim como na relação harmoniosa com a natureza.

Coloca-se, desta forma, como desafio à pesquisa e extensão o diálogo e troca de conhecimentos a respeito deste tema da produção e comercialização (boas práticas, normas sanitárias, precificação e gestão de produtos, processamento e etc.).

O Território do Vale do Ribeira/SP é caracterizado pela presença de diversidade cultural, social, ambiental e econômica, onde encontra-se mulheres em diferentes categorias sociais: agricultoras familiares, mulheres extrativistas, quilombolas, indígenas e pescadoras artesanais. A promoção do protagonismo destas mulheres envolve não apenas ampliar suas participações em espaços de decisões políticas (colegiados, conselhos e outras instâncias deliberativas), mas também criar formas de emancipação e autonomia em diversos níveis, principalmente no que diz respeito à geração de renda e sustentabilidade produtiva.

A Região Central do Estado de SP, principalmente no Município de Matão, onde a agricultura familiar alternativa é caracterizada muito fortemente por Assentamentos de Reforma Agrária, já tem uma tradição de pesquisa e extensão a partir das ações das diferentes instituições e organizações locais. Porém, o trabalho, em específico com mulheres e agroecologia pode se tornar um tema necessário em se pensando em desenvolvimento rural. Fazer dialogar as experiências dessa Região Central com as experiências já desenvolvidas na Região do Vale do Ribeira, a partir de diferentes estratégias metodológicas, seria bastante rico em termos de extensão rural.

Muitas são as formas e meios alternativos para promoção dos produtos da agricultura familiar e outras categorias, porém a formalidade do comércio no mercado local/regional se faz necessário na tentativa de garantir à mulher rural a autonomia financeira e econômica necessária.

Outros fatores contribuem para marginalização da organização produtiva de mulheres e uma delas é a sua divisão com o espaço-tempo doméstico, ou seja, a divisão do tempo com os trabalhos voltados aos

cuidados. Este fator é uma questão já muito debatida para a promoção da mulher no reconhecimento de suas atividades, sendo necessário ampliar os conceitos e entendimento do arranjo institucional dos locais. Justifica-se a proposta desse curso a partir dessas demandas levantadas com o objetivo de implementação de ações de ensino profissional que consigam valorizar e impulsionar a realidade destas mulheres para o desenvolvimento rural.

Reconhecer suas vontades, suas organizações de tempo com os trabalhos desenvolvidos, valorizar os conhecimentos acumulados e reproduzidos, em especial aqueles que exercitam cotidianamente suas relações com a terra ou com a unidade produtiva, com a preservação do meio ambiente se torna essencial para promover a identidade da mulher como agricultora.

O Curso proposto que integram essas duas realidades de agricultura familiar passa metodologicamente por intercâmbios e socializações de conhecimentos, práticas agroecológicas, oficinas de comercialização/beneficiamento, além de fomentar a realidade das mulheres com os mercados institucionais (PAA e PNAE).

O fortalecimento da organização produtiva feminina, assim, com criação de oportunidades para a sua profissionalização, incrementos na produção e comercialização nos empreendimentos torna-se urgente e esse curso pretende ser organizado nessa perspectiva. A agroecologia amplia as oportunidades de intensificar os trabalhos propostos com as mulheres rurais, uma vez que modifica as relações sociais e ambientais existentes nos territórios. A proposta de resgatar saberes e trocar conhecimentos tecnológicos adaptados ao condicionamento dos recursos naturais existentes promove a interação equilibrada de entradas e saídas de recursos no agroecossistema.

### **1.5.2 Fundamentação Teórica**

No âmbito do desenvolvimento rural, Silva e Marques (2009), em texto que discute a noção de democratização relacionada com as políticas públicas e desenvolvimento rural, afirmam que a discussão em torno da construção do desenvolvimento rural sustentável a partir das políticas públicas pode ser abordada a partir do debate sobre a participação social e a descoberta do local como ambiente privilegiado para a democratização, citando as políticas iniciais voltadas para a agricultura familiar na década de 90.

Segundo os autores, a relação da participação institucionalizada com a construção democrática e o desenvolvimento rural atual, retira da sociedade civil a responsabilidade pela produção de transformações sociais e recoloca essa possibilidade na relação entre estado e sociedade civil, reinterpretando as esferas locais e o espaço público (SILVA e MARQUES, 2009).

É a partir dessas demarcações teórico-metodológicas que estão situadas as políticas sociais para a agricultura familiar que aparecem no cenário público a partir dos anos 90, incluindo as políticas de crédito rural, de educação do campo, de reconhecimento identitário e cultural de povos tradicionais (raça e etnia) (CASTELLS, 1999), de geração de trabalho e renda com sustentabilidade ambiental, de gênero, de agroecologia, entre outras, considerando as suas diversidades, multiplicidades, e complexidades como expressões do mundo rural.

Em termos de evolução das políticas públicas para o meio rural, é possível dizer, nesse contexto, que os/as agricultores/as são considerados/as sujeitos do desenvolvimento rural brasileiro (SCHNEIDER, et al., 2009). Novos atores e atrizes sociais (re)surgem nesse processo da construção de ruralidade(s) contemporâneas (SCHNEIDER e GAZOLLA, 2011).

Com relação aos assentamentos de reforma agrária, os conflitos no campo emergiram através dos movimentos sociais colocando a reforma agrária e o desenvolvimento rural na articulação com debates públicos. Direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras passam a ser discutidos configurando-se um complexo campo de disputas e novos desenhos sociais e identidades políticas. (MEDEIROS, 2010)

Nesse conjunto de discussões, o rural no Brasil passa pela construção de novas percepções que requisitaram ações públicas, como a construção das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar em seus distintos desdobramentos. Nas áreas de produção e acesso às tecnologias, o destaque para as inúmeras ações voltadas para a Agroecologia no âmbito das diferentes instituições, como por exemplo, universidades, organizações da sociedade civil e governos. Da mesma forma as ações voltadas às mulheres do campo de acordo com a necessidade de reconhecimento dessa identidade como trabalhadora do campo assim como da sua inclusão nas relações produtivas no meio rural como forma de minimização de desigualdades e condição importante para a construção desse rural sustentável e

solidário.

De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, 2014, a afirmação social e política da agricultura familiar se deu com a participação social, a produção de um conjunto de conhecimentos voltados à realidade rural no Brasil e a crítica a um modelo de desenvolvimento que exclui a possibilidade de avanços sociais, culturais, científicos, tecnológicos e ambientais da produção de alimentos no Brasil.

A partir dos anos de 1980, com a retomada das mobilizações da sociedade civil, distintos atores e atrizes sociais que compõem o rural brasileiro passaram a se organizar de forma mais intensa, reivindicando o reconhecimento da diversidade que se apresentava no campo e demandando a chegada de políticas coerentes com um Estado republicano e democrático a essa parcela majoritária da população rural. O conjunto desses segmentos sociais passa a se reconhecer como agricultores e agricultoras familiares, identidade que incorpora como elementos conceituais a produção com utilização direta da mão de obra da família, a gestão familiar e coletiva da unidade produtiva e o reconhecimento do espaço de trabalho como local de vida e de reprodução social e cultural. A construção dessa identidade foi marcada pela demanda por políticas específicas e diferenciadas, o que levou a conquistas como o direito previdenciário dos trabalhadores rurais e à criação de uma institucionalidade no governo federal voltada ao fortalecimento da agricultura familiar: o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Após 2003, consolida-se a institucionalização da agenda da agricultura familiar, com uma transformação qualitativa e quantitativa dos instrumentos de políticas agrícolas e agrárias voltadas ao desenvolvimento sustentável do meio rural. (PNDRSS, 2014, p.7) Essas ações ampliaram a visibilidade da diversidade de segmentos socioprodutivos do público da agricultura familiar, evidenciando suas desigualdades internas e a expressão delas no desenvolvimento rural. A partir dessa visibilidade a compreensão do espaço rural passa a compreender o conjunto dos indivíduos que compõem a unidade familiar, a partir de seus interesses e necessidades, rompendo com a lógica da família como bloco homogêneo. Como expressão desse processo se dá a institucionalização de políticas públicas direcionadas à autonomia das mulheres rurais, em uma estratégia baseada no fortalecimento de sua organização produtiva e na garantia de direitos econômicos. (PNDRSS, 2014)

Ampliam-se, portanto, nesse conjunto de conhecimentos e ações em torno do desenvolvimento rural, a visibilidade sobre uma parcela da população rural ainda não atendida e a necessidade de especialização e adequação a diferentes temáticas, públicos e espaços territoriais. E nessa construção há a compreensão da necessidade de uma avaliação crítica pela permanência de gargalos que devem ser enfrentados.

Nesse sentido, o tema da reforma agrária, que continua sendo objeto de forte disputa política na sociedade, exige o aprofundamento de ações; ganha força a discussão sobre a necessidade de transição para um modelo de produção agroecológica. O debate sobre a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento agrícola dominante gera a necessidade de se reformularem as políticas em curso.

Em termos gerais a Conferência Nacional de Ater, realizada em 2012, avançou nessa direção, definindo a agroecologia como base tecnológica a ser adotada. Em atendimento à demanda dos movimentos sociais, governo e sociedade civil elaboraram o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), lançado na 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. (PNDRSS, 2014)

Nesse sentido, a criação de Núcleos de Estudos em Agroecologia, a partir das ações das Universidades e Escolas de Ensino Superior públicas, devem olhar e dialogar com esse contexto de construção do desenvolvimento rural, com sustentabilidade, inclusão social, e qualificação dos processos de produção de alimentos no Brasil. Por isso os temas Agroecologia, Produção Orgânica e Gênero aparecem como centrais e atuais nesse conjunto. Esse projeto encontra-se assim, dialogando com essas perspectivas.

Essa proposta de construção do NEA/IFSP parte do entendimento da necessidade do estabelecimento de ações de extensão identificadas com as questões do campo a partir do trabalho de docentes, pesquisadores e extensionistas na área e em parceria com uma rede de agentes e instituições. Apresenta também a intencionalidade de, a partir de processos educativos com novos enfoques metodológicos, se (re)construir paradigmas tecnológicos de produção e troca de conhecimentos para contribuir com a efetivação desse rural sustentável e inclusivo.

Falando um pouco mais sobre Agroecologia:

O termo agroecologia possui significados bastante amplos, portanto passível de varias interpretações.



Para Miguel Altieri (2004) a agroecologia é uma ciência plurimetodológica, cujos desafios vão além das questões ambientais, agregando no campo o fator econômico – viabilidade de lucro, social – condições de trabalho, territorial – integração com outras atividades rurais e tecnológicas – tecnologias menos agressivas. Portanto uma ciência capaz de conciliar a agricultura com processos biológicos, geoquímicos e físicos e produtivos. Nesta perspectiva os estudos de Altieri privilegiam a agricultura familiar.

Para Caporal (2006), a agroecologia é entendida como de uma ciência para futuro sustentável, ou seja, uma agricultura capaz de fazer bem ao homem e ao ambiente.

Entretanto as definições quanto ao campo de atuação da agroecologia, se estende a outros setores que definem os manejos produtivos, misturados com a biologia, a filosofia, o respeito ao ciclo da natureza, que são promovidas por diferentes frentes (escolas), dentre estas, a permacultura, a orgânica, biológica, ecológica, natural, biodinâmica e a agroflorestal.

O conceito de agroecologia teve sua construção inicial a partir das distintas correntes teórico/filosóficas que culminaram nas diretrizes atuais. Contudo as diretrizes surgiram como maneiras alternativas de produzir alimentos saudáveis, adquiridos de maneira sustentável.

Ao longo da década de 1990 surgem fortes discussões a respeito do termo agroecologia, evidenciando que não é tão simples sua definição; e requer o entendimento técnico, sobretudo do conhecimento da própria natureza, por se tratar de um sistema complexo.

O conhecimento técnico do processo se faz necessário, com vistas à obtenção de resultados positivos de maneira que atenda aos três pilares da sustentabilidade: uma produção que seja ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável. Para tanto o conhecimento sobre como a natureza opera é fundamental.

Para a construção da proposta de implementação do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) no Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia (IFSP) Matão-SP, considerou-se o prisma da agroecologia pautados em 4 pontos chaves:

a) Mercado – sistemas de produção com características diferenciadas, envolvendo a ampliação do conceito de cadeia produtiva para um conceito de cadeia social. Os benefícios são transferidos para a sociedade, uma vez que os alimentos são livres de resíduos químicos, sendo produzidos de forma sustentável. O produto agroecológico pode ser consumido na esfera local, regional, nacional ou internacional. Mas, para que isto ocorra tanto a produção no campo quanto as fases de pós-colheita, armazenamento e processamento de produtos pela Agroindústria devem estar afinadas com este novo modelo.

b) Garantia de Procedência e Qualidade (Certificação) - estratégia para garantir a qualidade dos produtos, favorecendo os produtores engajados no uso de tecnologias comprometidas com o modelo sustentável. Tanto no mercado mundial, quanto interno são registradas inúmeras entidades certificadoras. Elas são responsáveis pela fiscalização dos produtos orgânicos e dos sistemas de produção.

c) Novas Tecnologias Adequadas - O uso da tecnologia nos sistemas agroecológicos demanda projetos de pesquisa elaborados e avaliados por especialistas das diversas instituições envolvidas, mas demanda principalmente um resgate histórico, buscando as alternativas ao modelo tradicional. Considerando a diversidade dos produtos agrícolas e que o resultado da produção envolve a escolha do genótipo adequado e o manejo correto do ambiente, há uma enorme lacuna no sistema de produção. É preciso diagnosticar a demanda dos produtores, das empresas e da sociedade como um todo. Para isto os projetos devem buscar parcerias, com os atores que historicamente estejam envolvidos nesta cadeia social, estabelecendo diagnósticos econômicos, sociais e ambientais.

d) Educação do Campo – na busca por uma sociedade mais adequada sob a perspectiva sustentável, a Educação do Campo dialoga com a necessidade da Educação Ambiental, pois amplia os estudos das ciências acadêmicas clássicas introduzindo um significado: o uso sustentável dos recursos e a conservação ambiental para as futuras gerações.

Na busca pela formação dos pilares da agroecologia na sociedade os conceitos a articulação entre mercado, garantia de procedência e qualidade, novas tecnologia adequadas e educação devem ser prioridade para núcleos de pesquisa sobre agroecologia, aproximando os agentes da comunidade acadêmica (professores, alunos e administrativo) e produtores agrícolas. Todos pensados como agentes da cadeia social da sustentabilidade.

Os Institutos Federais visam ser transformadores da educação em instrumentos sintonizados com as

demandas sociais, econômicas e culturais, permeando-se das questões de diversidade cultural e de conservação ambiental. Conseqüentemente, a expansão da educação profissional e tecnológica integra-se à agenda pública que prevê a presença do Estado na consolidação de políticas educacionais no campo da escolarização e da profissionalização. Assume, portanto, o ideário da educação como direito e da afirmação de um projeto societário que corrobore com uma inclusão social emancipatória.

### **1.5.3 Objetivos**

Geral:

Realizar um Curso de Formação Profissional Estadual dividido em 3 módulos de 32 horas/aula de Tempo Escola e 1 Módulo de 64 horas de Tempo Comunidade para uma turma de 30 agricultoras e agentes de ATER, num total de 160 horas de formação para cada agricultora e agente de ATER.

Específicos:

Trabalhar com os temas relacionados ao Gênero no Meio Rural;

Abordar conhecimentos relacionados às tecnologias de produção agroecológica;

Discutir as políticas públicas para as mulheres rurais e para a agroecologia;

Propor trabalhos e estudos nas comunidades locais que abordem metodologias de gestão da produção e cadernetas agroecológicas.

### **1.5.4 Metodologia e Avaliação**

Conteúdos e metodologias do curso FIC:

O Curso proposto será dividido em 3 Módulos de 32 horas cada e 1 Módulo de 64 horas de Tempo Comunidade, perfazendo um total de 160 hs de curso.

A proposta é ofertar 20 vagas para agricultoras de grupos produtivos agroecológicos ou com abertura para a transição agroecológica que são o público beneficiário desse projeto. Também ofertaremos 10 vagas para técnicos e técnicas de ATER que desenvolvem trabalhos nesses grupos produtivos, totalizando 30 participantes no Curso.

As formações serão realizadas nos campi dos Institutos Federais envolvidos (Registro, Matão ou Sertãozinho).

A metodologia do Curso dialoga com os pressupostos teóricos e metodológicos da Educação do Campo, incluindo, em específico, o sistema de alternância e o entendimento dos processos de formação participativos que dialogam com a realidade das agricultoras e dos agentes de ATER, nesse caso referindo-se à educação profissional e continuada em diálogo com a extensão rural.

As temáticas relacionadas à Educação do Campo, enquanto campo de conhecimento remetem ao pensamento sobre os processos educativos formais e não formais realizados pensando-se na construção de um mundo rural com desenvolvimento sustentável e solidário. Passa pela perspectiva de Educação Popular uma vez que relaciona-se diretamente com os/as trabalhadores/as do campo em suas diferentes expressões de identidades, seus modos de vida, culturas, sua forma de organização do trabalho e sua participação econômica na produção de alimentos no Brasil. Outra perspectiva desse conjunto de marcos teóricos e metodológicos refere-se à construção de conhecimentos de forma participativa, dialógica, que considera a gama de saberes que são construídos no âmbito das experiências populares e o acesso e construção de tecnologias que proponham qualificar o trabalho, a produção de alimentos, a agroecologia e a participação das mulheres na agricultura familiar, o que se caracteriza como atual nas discussões sobre o papel das universidades, a extensão, a pesquisa universitárias e a extensão rural.

Os Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA's), criado nas Universidades e em Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no país, têm sido

considerados como uma das propostas que contribuem para o fortalecimento da Agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável.

Essas experiências educativas se encontram com a Educação do Campo nessa perspectiva de que a produção de conhecimentos, os processos educativos são parte importante na construção de um rural sustentável.

Considerando-se portanto, a Educação do Campo como um movimento político e pedagógico, as propostas metodológicas dos processos educativos do campo se diferenciam daquelas que promovem uma visão do campo como o lugar do atraso, que se concentram em ideias conservadoras da visão do rural. Em relação ao desenvolvimento social e político do país, existiu uma intenção de garantir a transmissão de conhecimentos no meio rural, mas essa intenção tinha caráter assistencialista e de fato ainda representavam o extremo descaso com a educação das populações rurais. As ações em torno da educação rural estavam vinculadas à ideia de manutenção do “status quo” em uma face político-ideológica da realidade campo/cidade. (MAIA, 1982)

Assim as propostas metodológicas da Educação do Campo perpassam essas premissas e são indissociáveis da compreensão da necessidade de acesso à construção de conhecimentos a partir das realidades e necessidades da sustentabilidade e promoção das diferentes igualdades no meio rural.

A chamada Pedagogia da Alternância é uma das formas de se garantir a produção dos conhecimentos com base material na vida, no trabalho e nas necessidades dos trabalhadores do campo. Como Ribeiro (2014) nos explica:

'Pode-se dizer que a Pedagogia da Alternância tem o trabalho produtivo como princípio de uma formação humanista que articula dialeticamente ensino formal e trabalho produtivo. (...) a Pedagogia da Alternância também articula prática e teoria numa práxis e realiza-se em tempos e espaços que se alternam entre escola e propriedade, comunidade, assentamento, acampamento ou movimento social ao qual o educando está vinculado.'

Dessa forma o curso FIC prevê a formação articulada à realidade e a partir do trabalho produtivo das mulheres das comunidades rurais a partir da organização de dois tempos de formação: o Tempo Escola e o Tempo Comunidade.

Será destinada uma parte da Carga Horária do Curso para as atividades de Tempo Comunidade, ou seja, as atividades ligadas à prática do trabalho das mulheres na produção agroecológica. O Tempo Comunidade será proposto pelos docentes do NEA e orientado nos locais pelas/os Agentes de ATER participantes do NEA/IFSP e do Curso.

A avaliação no Curso será realizada no decorrer do processo, tanto a partir de atividades desenvolvidas em aula pelos docentes, quanto a partir dos trabalhos de Tempo Comunidade propostos em cada módulo. O método de avaliação não será por nota e sim por objetivo cumprido pelas agricultoras e habilidades desenvolvidas a serem estabelecidos no início de cada módulo. Cada Módulo terá uma ficha descritiva individual contendo os objetivos de construção de conhecimentos e habilidades a serem desenvolvidas que posteriormente serão avaliados pelos docentes, coordenação pedagógica do Curso e alunas através de conceitos Objetivo Atingido – OA ou Objetivo em Construção – OC. Caso alguma aluna esteja com OC, será incentivada a retomar a atividade, refazê-la e apresentá-la no módulo seguinte à coordenação pedagógica do Curso para uma nova avaliação.

#### **1.5.5.1 Conteúdo Programático**

Módulo I - Tempo Escola

1.1 Abertura e Construção Metodológica Participativa das Atividades do Curso; Agenda Agroecológica e Planejamento das Atividades de Tempo Comunidade;

1.2 Economia Feminista;

1.3 Agricultura Familiar no Brasil e em São Paulo: políticas públicas, conquistas e desafios;

1.4 Políticas Públicas para Mulheres Rurais;

1.5 Princípios da Agroecologia;

1.6 Transição Agroecológica: Teoria e Práxis;

1.7 Manejos de solos, matéria orgânica e fertilidade na Agroecologia;

1.8 Sistemas Agroflorestais e Quintais Produtivos;

## Módulo II - Tempo Escola

- 2.1 Oficina de Sistematização dos Trabalhos do Tempo Comunidade – Trocas de Experiências;
- 2.2 Associativismo e Cooperativismo na Perspectiva de Gênero;
- 2.3 Políticas Públicas de Comercialização e Mercados Institucionais;
- 2.4 A regulamentação da Produção Orgânica no Brasil e as Formas de Certificação Orgânica;
- 2.5 Economia Brasileira;
- 2.6 Operacionalização das Políticas Públicas;

## Módulo III - Tempo Escola

- 3.1 Microrganismos; Fontes de contaminação; Fatores que afetam o crescimento dos microrganismos; Doenças transmitidas por alimentos
- 3.2 Boas práticas de fabricação: Manipulação e produção; Higiene pessoal e ambiental; Limpeza e sanitização; Controle ecológico de pragas
- 3.3 Normas legais para o processo de elaboração e as formas de armazenamento e conservação de alimentos.
- 3.4 Embalagens para uso em alimentos
- 3.5 Rotulação e identificação nutricional de produtos: identificação nutricional dos produtos dos grupos de mulheres no laboratório do IFSP Matão
- 3.6 Vigilância Sanitária;

## Módulo IV - Tempo Comunidade

- Oficinas de Planejamento e Gestão da Produção Familiar; Mercado e Agricultura Familiar  
Oficinas de Manipulação de Alimentos Agroecológicos;  
Implantação de Agendas Agroecológicas.

### 1.5.6 Relação Ensino, Pesquisa e Extensão

O Curso se propõe a ter uma estreita relação entre a pesquisa desenvolvida no NEA IFSP Matão, assim como com a extensão, uma vez que serão desenvolvidas atividades formativas nas comunidades rurais das alunas do Curso.

As agendas agroecológicas, além de serem um instrumento pedagógico para capacitação das mulheres, que as faz identificar, precificar sua produção agroecológica, e visibilizar seu trabalho produtivo diante da família e da comunidade, é um instrumento de coleta de dados de pesquisa que será realizada a partir desse método proposto nesse curso FIC.

### 1.5.7 Avaliação

#### **Pelo Público**

Serão realizadas rodas de conversa avaliativas com as participantes do curso, em todas as etapas de tempo escola, para avaliar o andamento, o método utilizado, os conteúdos, o trabalho dos docentes, a participação do grupo e levantar propostas para as próximas edições. Toda a avaliação será registrada em relatório.

#### **Pela Equipe**

Avaliação será realizada em reuniões do grupo que compõe a proposta do Curso, sendo essas utilizadas para repensar os passos e próximas edições. Reuniões bimestrais.

### 1.5.8 Referências Bibliográficas

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

BRUMER, Anita e FREIRE, Nádya Maria Schuch. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano XI/XI, p. 305-322, 1983/1984

- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n.1: 360, jan-abr/2004.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília: 2006.
- CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. v.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ENRIQUEZ, Corina Rodríguez. Analisis Economico para la Equidad: los aportes de la Economía Feminista. SaberEs. Nº 2 (2010). 3-22. Sección Autora Invitada.
- FERNANDES, Bernardo Mançano, CERIOLI, Paulo Ricardo, CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo – texto preparatório. IN: ARROYO, Miguel Gonzales, CALDART, Roseli Salete, MOLINA, Mônica Castagna (orgs.). Por Uma Educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.134 - 145.
- MAIA, Eni Marisa. Educação Rural : o que mudou em 60 anos ? São Paulo, Revista Ande, ano 1 n.3, 1982.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. Movimentos sociais no campo, luta por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (org). Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.
- MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Gênero e trabalho rural. In: DI SABBATO, A.; MELO, H. P.; LOMBARDI, M. R.; FARIA, N.; BUTTO, A. (Org.). Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. Brasília, DF, 2002.
- NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; SAORI, Sheyla (orgs.). Experiências e desafios na construção de agendas feministas nos Territórios da Cidadania. São Paulo: SOF, 2015.
- PICCHIO, A. Un enfoque macroeconómico ampliado de las condiciones de vida. Conferencia Inaugural de las Jornadas Tiempos, trabajos y género. Universidad de Barcelona, 2001.
- PICCHIO, A. La economía política y la investigación sobre las condiciones de vida. En: G. Cairó i Céspedes y M. Mayordomo Rico (Comps.), Por una economía sobre la vida. Aportaciones desde un enfoque feminista. Barcelona: Icaria, 2005.
- PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA – PLANAPO. Brasília, DF, 2013.
- PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PNDRSS. Brasília, DF, 2014
- POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – PNATER. Brasília, DF, 2004.
- RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. Educ. Pesqui., São Paulo , v. 34, n. 1, p. 27-45, Apr. 2008. Acessado em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022008000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022008000100003&lng=en&nrm=iso)>. access on 12 May 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022008000100003>.
- ROSA, Leonilde dos Santos; SILVEIRA, Erycéle de Lima; SANTOS, Mônica Mota dos; MODESTO, Rozi

da Silva; PEROTE, James Richard Silva; VIEIRA, Thiago Almeida. Os quintais agroflorestais em áreas de agricultores familiares no município de Bragança-PA: composição florística, uso de espécies e divisão de trabalho familiar. Rev. Bras. de Agroecologia/out. 2007 Vol.2 No.2

SANTOS, Arlei Rosa dos; SANTANA, Raquel Santos. O Desafio de Geração de Trabalho e Renda: a experiência da Associação de Mulheres Assentadas (AMA) de Araraquara, SP. Araraquara, SP: UNIARA, 2015. Disponível em: [http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2012/trabalhos/sessao\\_1/sessao\\_1D/02\\_Arlei\\_Santos.pdf](http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_1/sessao_1D/02_Arlei_Santos.pdf)

SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Marcio. (orgs). Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. (orgs.) Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Democratização e Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. (orgs.) Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, Marcelino de.; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo.; NASCIMENTO, Carlos Alves do.; WADI, Yonissa Marmitt.; TONDO, Isabel de Souza Pereira. Desenvolvimento rural e gênero: as ocupações e rendas das mulheres das famílias agrícolas e rurais sul-rio-grandenses. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, MG: 2008.

Sites Consultados:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-capttec/pol%C3%ADtica-nacional-de-assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-rural-pnater#sthash.FF2XqUqg.dpuf>

<http://promocaodasaude.saude.gov.br/promocaodasaude/assuntos/incentivo-a-alimentacao-saudavel/noticias/produtor-organico-parceiro-da-natureza-na-promocao-da-vida>

### 1.5.9 Observações

### 1.6 Anexos

Nome	Tipo
alexandra_nea.pdf	Termo de Anuência
plano_de_ensino_nea_reformulado.docx	Plano de Ensino dos Componentes

---

## 2. Equipe de Execução

---

---

Local \_\_\_\_\_, 29/09/2017

---

**Alexandra Filipak**  
Coordenador(a)/Tutor(a)

---